

SUSSEKIND AFIRMA: 13.^o MÊS PERMANECE

O ministro do Trabalho, sr. Arnaldo Sussekind, anunciou a permanência do 13.^o mês de salário com todas as suas implicações para as empresas privadas, acentuando que o fato de não ter o Governo enviado mensagem visando à sua revogação, até 1.^o do corrente, deixou inalterada a legislação em vigor. Quanto à natalina dos previdenciários declarou estar ainda em exame por órgãos do Go-

vêrno, depois da lei de aumento do funcionalismo que revogou todas as vantagens paralelas inclusive o 13.^o mês das autarquias da Previdência Social.

O sr. Arnaldo Sussekind, criticando procedimento do governo passado, informou que os estudos para a concessão do salário mínimo em novos níveis serão sempre feitos em sigilo, para garantir sua integridade ao tempo da aplicação.

SALÁRIOS

Interrogado se os reajustes salariais concedidos pelo Conselho Nacional da Política Salarial visavam apenas a integração dos salários aos índices do custo de vida para logo depois perderem seu valor real, face à inflação, salientou o ministro do Trabalho que a forma de cálculo adotada pelo CNPS engloba o aumento do custo de vida e a produtividade, somando ainda a taxa de resíduo inflacionário. Quanto ao salário mínimo, declarou que anunciar sua revisão implica aumento dos preços nesta ocasião, em sua decretação e no princípio de sua vigência, devendo assim o assunto ser estudado em segredo, o que impediria a anulação do reajuste antes mesmo de sua vigência. Acentuou ainda que no governo passado, que se dizia trabalhista, o salário mínimo foi reajustado em índices inferiores ao aumento do custo de vida verificado durante os 13 meses de sua existência.

CÓDIGO

Interrogado se com o envio do projeto de extinção da CIS e CTOS e gradativa do Imposto Sindical, e ainda do que se refere às Convenções Coletivas de Trabalho, atualmente em estudo pelos dirigentes sindicais, não estava anulando o Código de Trabalho do professor Evaristo de Moraes que contém as mesmas matérias, o ministro Arnaldo Sussekind elogiou a cultura do autor afirmando ser o mesmo uma dos mais profundos conhecedores do direito social. Por fim, após perguntar ao jornalista em que ponto isto poderia anular o código, reconheceu que o anteprojeto do Código de Trabalho vem suscitando controvérsias, não podendo o Ministério do Trabalho ficar inativo, cruzando os braços, à espera de que o governo tome atitude sobre o código devido à imediata urgência de aplicação das mesmas, e que o Congresso o aprove, o que poderia demorar.

REFORMA

Afirmou que a extinção do Fundo Social Sindical possibilita a democratização dos Sindicatos e é a fórmula da autonomia sindical. Assegurou que o Fundo Social Sindical é constituído atualmente de Cr\$ 2 bilhões e 100 milhões, acreditando que atinja a mais de 100 milhões até o fim do ano. "Isto na mão de dirigentes designados pelo Ministério do Trabalho, mesmo moralmente bem aplicado, constitui pelo fato de existir uma violação da liberdade sindical". Disse que o "Fundo Social Sindical é o culpado pelo "peleguismo". Não era possível extinguir o Fundo Social sem criar novos órgãos, a fim de que fossem aproveitados seus funcionários, que não têm a menor parcela de culpa. Por outro lado, existe um grande patrimônio mobiliário e imobiliário, sendo que a extinção da CIS e CTOS, a criação do Departamento Nacional de Emprego e Salário, Conselho Superior do Trabalho Marítimo, Delegacias regionais do Trabalho na Guanabara e Brasília e transformação da Divisão em Departamento Nacional de Higiene e Segurança do Trabalho, constituem a primeira fase da reforma administrativa no Ministério do Trabalho.

DNES

Salientou que "todos os serviços relacionados com aumentos salariais vêm sendo realizados pelo Serviço de Estatística e Previdência do Trabalho (SEPT), que não possui por isso condições de executar sua missão". "Não pode assim o Ministério do Trabalho saber qual a necessidade de mão-de-obra especializada em determinada região, apurar quais os efeitos sociais dos fatos econômicos e os efeitos econômicos dos fatos sociais, já que no País não há serviço

de colocação organizado, nem coordenação do poder público na procura de emprego em empresas privadas". Atualmente cabe ainda ao SEPT a secretaria executiva do Conselho Nacional da Política Salarial, "não podendo pois desempenhar suas funções".

DESEMPREGO

Disse mais, que pelos resultados parciais da Comissão Interministerial para estudar o desemprego no País, chegou-se à conclusão de que não há o fenômeno de desemprego geral do País, caracterizando-o como problema de grande importância. Afirmou que o desemprego apresenta-se em duas formas. A primeira é conjuntural — resultante do crescimento vegetativo, de 3,4% ao ano. "É necessário — prosseguiu — que para sua inexistência, o crescimento econômico seja de 3,4%, pois de outra forma o País estaria regredindo. A situação de insegurança nacional verificada no governo passado diminuía o incremento econômico que era o seguinte: 1961 7,8%; 1962, 3,2%; e, 1963, 2,0%, o que resultou na diminuição da renda per capita". O outro tipo de desemprego apresentado pelo ministro do Trabalho, cuja existência reconhece, no setor de construção civil e mineração, é o setorial. Assegurou que as medidas tomadas pelo governo, visando à exportação de ferro-gusa, provocou uma reação no mercado de trabalho, apresentando o seguinte quadro: Cia. Siderúrgica Mannesman em 31 de março tinha

4.818 empregados sendo que em 26 de agosto tinha 4.824; Cia. Aço Especiais Itabira, possuía, em 1 de março 6 mil empregados e em 1 de agosto 5.270 empregados; Usiminas, em 31 de março tinha 8.750 empregados e em agosto 8.848 e a Belgo Mineira, em 1 de março, 7.095 e em agosto 6.937 empregados. O desemprego no setor de construção civil é explicado pelo ministro do Trabalho pela não aplicação de capitais neste setor, sendo acentuado no Nordeste.

ELEIÇÕES

Disse o ministro que ainda não estudou as conclusões do Grupo de Trabalho encarregado da reformulação da Previdência Social. Manifestou-se, entretanto, favorável ao voto dos analfabetos nas eleições sindicais. Tentou ainda explicar a demora na suspensão das intervenções ministeriais nos sindicatos, alegando que o assunto é estudado com toda a atenção pelo diretor da DOAS e pelo GT encarregado. Anunciou, finalmente, que a Previdência Social vem aumentando sua arrecadação.

O ministro do Trabalho, sr. Arnaldo Sussekind, em reunião, ontem, com os dirigentes de aeronautas e aeroviários, ofereceu um aumento de 48% sobre os atuais salários da classe. A proposta do Governo fixa ainda um piso e um teto, a ser fixado pelos trabalhadores. Os dirigentes sindicais deverão apresentar resposta na próxima semana, após ouvida as respectivas entidades de classe.